TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

CONCURSO PÚBLICO | MANHÃ

CARGO 6

OFICIAL DE JUSTIÇA – TJ/NS-1

Caderno de Provas Objetivas.

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1 **Ao receber este caderno, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira também o seu nome e os dados do cargo para o qual você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas.** Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.

2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

"Em momentos de crise, só a imaginação é mais importante que o conhecimento.

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.

4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, e ao preenchimento da folha de respostas.

5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.

6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destras. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8

Na Amazônia, a lei é a da selva. Faltam justiça e polícia, e os crimes são castigados em proporção ainda menor do que no resto do Brasil. O banditismo e a impunidade germinam sobre um caos fundiário sem paralelo no país. Apenas 4% das propriedades rurais da região estão legalizadas. Posseiros e grileiros controlam uma área equivalente a 18% do território nacional. Como quase ninguém é dono do lugar onde vive, as disputas pelo solo costumam envolver tiroteios. Por isso, é não só onde mais se morre em razão de disputas agrárias como também onde mais ocorrem invasões de terra. Os crimes ambientais não chegam aos tribunais, porque não se sabe quem são os donos das áreas devastadas. Pelo mesmo motivo, não se pagam impostos e o trabalho escravo alastrou-se pela região. Na floresta, a impunidade estimula o tráfico de drogas, causando danos em outras regiões. Da cocaína que circula no Brasil, 70% ingressam no país pelas abandonadas fronteiras com a Colômbia, a Bolívia e o Peru.

Um terço das cidades brasileiras com maior índice de homicídios está na Amazônia, que tem o menor e menos equipado efetivo policial do país. Muitas localidades não contam com um único policial. O número de juízes, promotores e cartórios é insuficiente para fazer a justiça funcionar. Os servidores legais do Poder Judiciário são os mais sobrecarregados do Brasil. Para funcionarem a contento, as cortes locais deveriam ter seis vezes mais funcionários.

Veja Especial Amazônia, set./2009, p. 32-5 (com adaptações)

Com relação às ideias do texto, julgue os itens que se seguem.

1 Depreende-se do texto que grande parte da criminalidade e da impunidade na região amazônica decorre da desordem fundiária e da falha do Estado no que se refere a oferecer segurança jurídica e estabelecer com clareza o direito de propriedade.

2 Embora contenha verbos que denotam ação, característicos de textos narrativos, o primeiro parágrafo do texto é predominantemente descritivo.

3 O texto apresentado poderia ser concluído, de maneira coesa e coerente, com o seguinte trecho: Na verdade, a violência sexual contra crianças e adolescentes é endêmica na Amazônia.

4 Ao empregar a expressão "a lei é a da selva" (ℓ.1), o autor do texto faz referência ao império da força bruta, ao domínio dos mais fortes.

5 Infere-se do texto que, na Amazônia, há um descompasso na proporção de seis para um entre o número de homicídios e o efetivo policial alocado na região.

Julgue os itens seguintes, relativos às estruturas linguísticas empregadas no texto.

6 As expressões "proporção ainda menor do que no resto do Brasil" (ℓ.2-3) e "sem paralelo no país" (ℓ.4) denotam ideia de comparação, cotejo, confronto.

7 No trecho "não se pagam impostos e o trabalho escravo alastrou-se pela região" (ℓ.13-14), a partícula "se", em ambas as suas ocorrências, tem a função de pronome apassivador.

8 Seria mantida a correção gramatical do texto caso a forma verbal "Faltam" (ℓ.1) fosse substituída por **Falta**.

Texto para os itens de 9 a 18

Em 1.º de outubro de 1777, foi assinado o Tratado de Santo Ildefonso, entre Espanha e Portugal, que fixava a fronteira entre essas duas nações, do lado da Guiana, pelo divisor de águas existente entre os rios Amazonas e Orenoco. Consequência direta da excursão espanhola na área foi a construção de um forte no alto do Rio Branco, na junção dos rios Uraricoera e Tacutu. O forte, que recebeu o nome de São Joaquim, foi construído no ponto em que o Tacutu deságua no Rio Branco. Assim, os portugueses tinham, a partir de então, sob sua soberania efetiva e permanente, a desembocadura desse rio que, por ele mesmo e por seus dois afluentes — o Cotingo e o Mahu —, dominava todo o território habitado pelos índios macuxis. Deveriam, assim, ser considerados donos desse território.

Os portugueses fundaram, em volta do forte, vários centros habitacionais e, para povoá-los, foram buscar indígenas até mesmo além da linha oriental do território contestado, estendendo àquelas paragens sua autoridade. Outro título invocado para provar a posse portuguesa do território em litígio foi a introdução de gado nas planícies do Rio Branco e seus afluentes. Começou-se por distribuir as cabeças de gado nas aldeias de determinados índios; em seguida, foram criadas, em torno do forte de São Joaquim, e sob a direção do comandante desse forte, verdadeiras fazendas, cujo gado se espalhava também por toda parte na região das savanas.

Não foi apenas por meio de seus destacamentos e de suas fazendas de criação de gado que o Brasil procurou provar que os portugueses mantiveram, nos fins do século XVIII, o domínio do território situado entre o Tacutu e o Rupununi. Eles realizaram também, com explorações científicas e administrativas, o estudo de todo o sistema fluvial do Rio Branco e de seus afluentes, observando a etnografia, a flora, a fauna e as possibilidades econômicas de exploração da área.

José Teodoro M. Metch. Ocupação territorial de Barcelona. Av. Cadernos Aslegis, maio-ago./2008, Brasília, p. 142-5 (com adaptações)

Julgue os próximos itens, referentes aos sentidos veiculados no texto.

9 Com a finalidade de defender o território ocupado, a construção do forte de São Joaquim foi uma reação dos portugueses à ambição expansionista dos espanhóis na área.

10 No texto, a seleção lexical evidencia que o assunto tratado é a disputa por territórios, o que se comprova, por exemplo, pelo emprego do trecho "fixava a fronteira" (*l*.2-3) e dos termos "território contestado" (*l*.17) e "território em litígio" (*l*.19-20).

11 No texto, alinham-se fatos que contribuem para comprovar que, nas últimas décadas do século XVIII, o território situado entre os rios Tacutu e Rupununi estava sob domínio da Coroa portuguesa.

12 Infere-se do trecho "Assim, os portugueses (...) índios macuxis" (*l*.9-13), que, à época do Tratado de Santo Ildefonso, os índios macuxis deveriam ser considerados os donos das terras a jusante do rio Tacutu.

No que concerne às estruturas linguísticas do texto, julgue os itens subsequentes.

13 As palavras "área", "deságua", "índios" e "planícies" são acentuadas graficamente devido à mesma regra de acentuação.

14 O acento grave indicativo de crase empregado no trecho "estendendo àquelas paragens sua autoridade" (*l*.18) seria corretamente mantido caso esse trecho tivesse sido escrito da seguinte forma: estendendo à essas paragens sua autoridade.

15 Na sintaxe ou forma de construção do segmento "Começou-se por distribuir... na região das savanas" (*l*.21-25), dispensou-se a explicitação de quem começou a distribuir as cabeças de gado e de quem criou as fazendas.

16 Mantém-se a correção gramatical do trecho "o Brasil procurou provar que os portugueses mantiveram, nos fins do século XVIII, o domínio do território" (*l*.27-29) com a seguinte reescritura: o Brasil buscou provas que a Coroa portuguesa havia se asenhoreado, ao final do século XVIII, do domínio do território.

17 O período "Assim, os portugueses tinham, a partir de então, sob sua soberania efetiva e permanente, a desembocadura desse rio que, por ele mesmo e por seus dois afluentes — o Cotingo e o Mahu —, dominava todo o território habitado pelos índios macuxis" poderia ser corretamente reescrito da seguinte maneira: Assim, os portugueses tinham sob sua soberania efetiva e permanente, a partir de então, a desembocadura desse rio que, por ele mesmo e por seus dois afluentes (o Cotingo e o Mahu), dominava todo o território habitado pelos índios macuxis.

18 Na linha 2, o vocábulo "que" é um elemento de coesão textual que retoma o sentido do seu antecedente mais próximo, ou seja, o termo "Portugal".

Em relação a correspondência oficial, julgue os itens que se seguem.

19 Está consagrado o uso do pronome de tratamento Vossa Excelência para o presidente e o vice-presidente da República.

20 Em portarias, é comum o emprego de formas verbais no imperativo, como as seguintes, corretamente flexionadas na terceira pessoa do singular: publique-se, registre-se, junte-se e cumpre-se.

A respeito de segurança da informação, julgue os itens de 21 a 24.

21 Disponibilidade é a propriedade do sistema, ou de componente do sistema, que garante que ele (sistema ou componente) e as informações nele contidas sejam acessíveis e utilizáveis por usuário ou entidade devidamente autorizados.

22 Integridade é a propriedade do sistema (ou da rede de comunicação) que assegura que a informação nele contida (ou por ela transmitida) será acessível somente por usuários autorizados (ou pelo transmissor e receptor pretendidos).

23 Um *firewall* é uma combinação de *hardware* e *software* que isola da Internet a rede interna de uma organização, permitindo a passagem de alguns pacotes de informação e bloqueando outros.

24 Não repudiação é a propriedade que garante que o transmissor (ou receptor) de uma mensagem não possa negar tê-la transmitido (ou recebido).

Julgue os próximos itens, que se referem ao processador de texto Microsoft Word 2007.

25 A guia Exibição inclui comandos para a criação de elementos especiais (tais como índices, notas de rodapé, citações e bibliografia), necessários quando se trabalha com documentos mais longos ou completos.

26 Para se trabalhar com tabelas em um documento, é necessário primeiramente se inserir uma tabela, clicando-se a guia Inserir e, em seguida, o botão Tabela, que proporciona opções para a criação de uma tabela. Criada a tabela e estando com o cursor em uma de suas células, automaticamente o Word disponibiliza, a partir das guias Design e Layout, opções para formatação, detalhamento e manipulação da tabela criada.

Acerca de protocolos de comunicação utilizados na Internet, julgue os itens que se seguem.

27 O SMTP (*simple mail transfer protocol*) é utilizado para transferir mensagens (*emails*) de servidores de correio remetentes para servidores de correio destinatários na Internet.

28 O POP3 (*post office protocol*) permite ao usuário transferir para o seu computador as mensagens existentes em uma caixa de correio eletrônico localizada em um servidor de correio.

29 O TCP (*transmission control protocol*), um protocolo não orientado para conexão, possibilita a transferência de dados na Internet, com características de não confiabilidade, isto é, a mensagem pode não chegar ao receptor ou mensagens enviadas podem chegar fora da ordem de envio.

30 O ARP (*address resolution protocol*) é usado para resolver o nome de um hospedeiro (*host*), por exemplo www.myhost.com, mapeando-o ao respectivo endereço IP.

Ao chegar ao Brasil para uma visita ofuscada pela intervenção militar na Líbia, o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama, prometeu atuar para que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) seja mais "representativo" e manifestou "apreço à aspiração" brasileira de obter assento permanente no órgão. A declaração foi celebrada pelo Itamaraty, mas o Planalto esperava um apoio mais explícito, como o que Obama deu à Índia em 2010.

Folha de S.Paulo, 20/3/2011, capa (com adaptações).

Considerando o texto acima e a amplitude dos temas nele abordados, julgue os itens de 31 a 35.

31 Infere-se do texto que o presidente norte-americano desaprova, nas atuais circunstâncias da política mundial, a reestruturação da ONU, defendida pelo Brasil e por outros países, sobretudo por envolver o setor que trata da segurança e da paz no mundo.

32 Entre os diversos aspectos que podem ser ressaltados em relação à visita presidencial a que o texto se reporta inclui-se o caráter de ineditismo desse acontecimento, que reuniu a primeira presidenta do Brasil e o primeiro afrodescendente à frente da Casa Branca.

33 Surgida no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, a ONU é uma organização multilateral que, criada no contexto de rígida bipolarização ideológica em que se defrontavam os projetos capitalista e socialista, sobreviveu à Guerra Fria e, a despeito dos problemas e dos questionamentos a que está sujeita, permanece atuante.

34 A Índia, referida no texto, consiste em um país de contrastes, em que miséria e riqueza convivem em um mesmo e extenso território, portador de grandes potencialidades e reconhecido como uma das economias emergentes no cenário global contemporâneo, integrando o grupo conhecido como BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

35 Depreende-se do texto que o Brasil almeja participar do Conselho de Segurança da ONU não mais na condição de membro temporário, o que tem acontecido muitas vezes, mas com direito a voto e veto, tal como hoje ocorre com os cinco membros permanentes desse Conselho — EUA, Rússia, China, França e Reino Unido.

O desmatamento é o principal responsável pelas emissões de gases do efeito estufa no Brasil. As florestas são importantes reguladores do clima, além de servirem de hábitat para as mais variadas espécies; por essa razão, conter sua destruição é imprescindível.

Caderno Planeta Terra. In: O Globo, março/2001, p. 3 (com adaptações).

Com base no texto acima e nos múltiplos aspectos por ele suscitados, julgue os itens a seguir.

36 O papel, um dos vilões da luta por uma economia sustentável, é utilizado em larga escala em todo o mundo e raramente pode ser reaproveitado, visto que os atuais avanços tecnológicos ainda não proporcionaram, mecanismos seguros para a reciclagem desse material em escala que a torne rentável.

37 O Brasil é um dos poucos países emergentes no cenário mundial que se abstém de votar resoluções que defendam a redução da emissão de gases poluentes na atmosfera, e a ausência de sua chancela ao Protocolo de Quioto consiste no exemplo mais evidente dessa posição.

38 A preocupação com o meio ambiente e com a defesa de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, isto é, que não destrua a natureza e que, consequentemente, não comprometa a vida das futuras gerações, é algo relativamente recente, que adquiriu densidade a partir da segunda metade do século XX.

39 Embora detentor de grande número de florestas, sobretudo na porção setentrional de seu território, o Brasil não se notabiliza por exuberante biodiversidade, o que pode ser explicado pelo constante desmatamento que vem ocorrendo desde o início de sua colonização.

40 Uma das maiores acusações que são feitas ao Brasil, na atualidade, por parte de organizações não governamentais e instituições ambientalistas espalhadas pelo mundo refere-se ao fato de que o país ainda se recusa a trabalhar com madeira certificada, ou seja, com madeira cujo processo de produção — extração, processamento e venda final — obedece aos padrões ecológicos internacionais.

Acerca da Constituição do Estado de Roraima, julgue os próximos itens. Nesse sentido, considere que as siglas TJ/RR e MP, sempre que empregadas, referem-se ao Tribunal de Justiça do Estado de Roraima e ao Ministério Público, respectivamente.

41 Compete ao TJ/RR processar e julgar, originariamente, tratando-se de crimes comuns e de responsabilidade, o vice-governador do estado, os secretários estaduais e os agentes públicos a eles equiparados, os juízes estaduais, os membros do MP e os prefeitos municipais, os deputados estaduais e os diretores-presidentes das entidades da administração estadual indireta.

42 De acordo com a Constituição estadual, no mínimo 30% das funções de confiança devem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo, por aqueles declarados estáveis, ou pelos cedidos para o estado. Igual percentual é definido para cargos comissionados, os quais se destinam também às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

43 O limite máximo de idade para o ingresso no serviço público de Roraima é de quarenta e cinco anos, excetuados os casos estabelecidos em lei e os previstos pela Constituição Federal para a aposentadoria compulsória.

44 O TJ/RR, com sede na capital e jurisdição em todo o território do estado, deve ser composto de, no mínimo, sete desembargadores, nomeados entre magistrados de carreira, membros do MP e advogados, nos termos da Constituição do Estado de Roraima. As atribuições dos membros que compõem o TJ/RR são estabelecidas pela Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado.

Com base no disposto no Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, julgue os itens subsequentes.

45 Ao Tribunal Pleno compete declarar, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, estadual ou municipal, em face da Constituição estadual.

46 Os seguintes requisitos são exigidos para a instalação de comarcas no estado de Roraima: população mínima de oito mil habitantes, movimento forense anual de oitocentos processos contenciosos, dois mil eleitores, existência de prédios destinados ao fórum e à cadeia pública e residência oficial para o juiz, o promotor e o delegado.

47 Um dos órgãos de julgamento do TJ/RR é a Câmara Única, que é constituída por cinco desembargadores e presidida pelo vice-presidente do tribunal e que funciona em duas turmas, uma cível e outra criminal.

Julgue os itens subsecutivos, relativos ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima.

48 Os registros das penalidades de advertência e de suspensão são cancelados, após o decurso de cinco anos de efetivo exercício, se o servidor, nesse período, não praticar nova infração disciplinar, sendo os efeitos do cancelamento da penalidade retroativos.

49 Excluem-se do teto de remuneração dos servidores do estado as seguintes gratificações e adicionais: gratificação natalina; adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas; adicional pela prestação de serviços extraordinários; adicional noturno; e adicional de férias.

50 A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo é aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos elementos das constituições, julgue o item abaixo.

51 São considerados elementos orgânicos as normas que regulam a estrutura do Estado e do poder, de que são exemplo as normas constantes do título que, na Constituição Federal de 1988 (CF), trata da organização do Estado.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao Poder Judiciário e às garantias da magistratura.

52 Todos os membros dos tribunais têm a garantia da vitaliciedade, independentemente da forma de acesso. Assim, mesmo que um advogado ou membro do Ministério Público ingresse em um tribunal pelo quinto constitucional, ele adquire a vitaliciedade no momento da posse, sem necessidade de cumprir estágio probatório.

53 Cabe ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos tribunais de justiça dos estados e pelas turmas recursais dos juizados especiais.

Com relação à forma e ao sistema de governo e às responsabilidades do presidente da República, julgue os itens que se seguem.

54 Presidente da República que vier a sofrer decisão criminal condenatória decretada pelo Supremo Tribunal Federal terá seus direitos políticos suspensos e, consequentemente, a cessação imediata de seu mandato.

55 A forma de governo guarda relação com a dicotomia entre presidencialismo e parlamentarismo.

Julgue os próximos itens, referentes ao Poder Legislativo.

56 É competência exclusiva do Congresso Nacional aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.

57 A fixação dos subsídios dos ministros de Estado e do presidente e vice-presidente da República é atribuição do Congresso Nacional, por meio de lei ordinária que necessitará de posterior sanção do chefe do Poder Executivo.

58 Os parlamentares federais são invioláveis por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, desde que proferidos em razão de suas funções parlamentares e relacionados ao mandato. Tal inviolabilidade restringe-se ao aspecto penal e à atuação do congressista no âmbito do Congresso Nacional.

Acerca dos direitos de nacionalidade e dos direitos políticos, julgue o item seguinte.

59 Se um indivíduo que adquiriu a nacionalidade brasileira praticar atividade nociva ao interesse nacional, ele deverá ter cancelada sua naturalização por ato do presidente da República.

Julgue os itens a seguir, referentes aos direitos sociais.

60 Os direitos sociais, como normas de ordem pública que possuem a característica de serem imperativas e invioláveis mesmo pelas partes contratantes da relação trabalhista, estão taxativamente enumerados no artigo 7.º da CF.

61 O seguro-desemprego somente é devido ao trabalhador urbano ou rural em caso de desemprego involuntário. Não se concederá esse benefício, portanto, ao trabalhador que pedir demissão ou requerer aposentadoria voluntária.

62 O empregado sindicalizado que for eleito a cargo de direção sindical não poderá ser dispensado até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave, contando-se, essa estabilidade, a partir do momento da divulgação do resultado da eleição.

Acerca do controle de constitucionalidade e da defesa do Estado, julgue os itens subsequentes.

63 Na medida em que restringem direitos constitucionais, as medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio devem ter sua execução acompanhada e fiscalizada por comissão do Congresso Nacional composta especialmente para esse fim.

64 A ação direta de inconstitucionalidade por omissão é cabível para impugnar a inércia em editar não apenas atos normativos primários, como também atos normativos secundários, de que são exemplos os regulamentos e as instruções de competência do Poder Executivo.

Julgue o item abaixo, relativo à seguridade social.

65 A organização da seguridade social deve buscar, entre outros objetivos, a uniformidade e a equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.

No que se refere à responsabilidade dos agentes públicos, ao conceito de redistribuição e às vantagens do servidor, julgue os próximos itens.

66 As indenizações, que têm por finalidade ressarcir despesas a que o servidor seja obrigado em razão do serviço, compreendem a ajuda de custo, as diárias, o transporte e o auxílio-moradia, que não se incorporam, porém, ao vencimento ou ao provento para qualquer efeito.

67 Mesmo que um servidor seja absolvido em processo administrativo disciplinar, isso não impedirá a apuração dos mesmos fatos em processo criminal, uma vez que as instâncias penal e administrativa são independentes.

68 O caso de um servidor estável que é desligado de seu cargo e, após ter sido reconhecida a ilegalidade de sua demissão, é reinvestido no cargo que antes ocupava, constitui exemplo de uma forma de provimento derivado que se denomina redistribuição.

Com relação ao poder de polícia e ao uso e abuso de poder, julgue os itens seguintes.

69 Constitui excesso de poder a hipótese em que o poder público dissolve reunião não autorizada, porém pacífica, com o emprego de violência.

70 A CF determina ser da competência da União legislar sobre direito comercial. Isso não impede, porém, que os municípios, no exercício da atividade de polícia administrativa, determinem o horário de funcionamento do comércio, ou os locais onde é vedado o estabelecimento de casas comerciais.

Acerca dos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

71 A autorização de porte de arma configura ato administrativo discricionário, visto que caberá à administração avaliar os critérios de conveniência e oportunidade para sua outorga.

72 A licença que um indivíduo requer ao poder público para edificar um prédio constitui ato unilateral e discricionário, pois, ainda que o interessado preencha os requisitos legais, o competente alvará somente será expedido se a administração julgar que sua concessão é conveniente ao interesse público.

73 A interdição de uma fábrica cujo funcionamento provoque a emissão de uma dose excessiva de gases tóxicos na atmosfera constitui exemplo de ato administrativo autoexecutório, mediante o qual o poder público pode agir sem necessidade de prévia autorização judicial.

Em relação à disciplina prevista na Lei n.º 8.429/1992, julgue os itens subsequentes.

74 As ações destinadas a apurar os atos de improbidade administrativa previstos na lei em apreço serão imprescritíveis, se tais atos forem praticados por servidores que detenham cargo efetivo ou emprego.

75 Afora o Ministério Público, apenas as pessoas que têm interesse direto na causa podem representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade administrativa.

No que se refere ao controle da administração, julgue os itens que se seguem.

76 Constitui exemplo de controle parlamentar a apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão, os quais não podem ser praticados unilateralmente pelo Poder Executivo.

77 Compete ao Tribunal de Contas da União representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos praticados, bem como sustar os contratos que padeçam de ilegalidade.

Julgue os próximos itens, referentes a serviços públicos e a responsabilidade civil do Estado.

78 Considera-se concessão de serviço público o instituto mediante o qual o Estado delega, a pessoa jurídica ou a consórcio de empresas, a execução de certa atividade de interesse coletivo. Tal delegação somente pode dar-se mediante licitação, na modalidade de concorrência, e por prazo determinado.

79 Considere a seguinte situação hipotética.
Juliana, que era casada com Geraldo, caminhava em uma via pública, quando foi atingida por disparo acidental da arma de policial que se encontrava em serviço, e, em razão disso, veio a falecer.
Nessa situação hipotética, Geraldo poderá ingressar com ação de indenização contra o Estado, tanto no que diz respeito a dano material quanto moral.

80 De acordo com a CF, são serviços públicos privativos do Estado, que não comportam a presença de particulares, o serviço postal, o correio aéreo nacional e os serviços de previdência e de assistência social.

Em relação à prescrição, aos negócios jurídicos e à posse, julgue os itens a seguir.

81 A ocupação de área pública, quando irregular, não pode ser reconhecida como posse, devendo ser reconhecida como mera detenção, de modo que, se o direito de retenção ou de indenização pelas acessões realizadas depende da constituição de posse, não se pode, ante a consideração da inexistência desta, admitir o surgimento daqueles direitos; ressalvado o dever de se indenizar as benfeitorias úteis e necessárias.

82 Se um pai prometer presentear seu filho com um veículo caso a seleção brasileira de futebol vença o mundial de 2014, o exercício do direito à obtenção do referido bem se sujeitará a uma condição resolutiva.

83 No negócio jurídico, o defeito denominado estado de perigo ocorre quando uma pessoa, sob premente necessidade ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

84 Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo entre as partes e não se aplicam aos absolutamente incapazes e aos que se acharem servindo nas forças armadas em tempo de guerra.

85 Em regra, a prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe houver fixado prazo menor.

Julgue os seguintes itens, relativos ao casamento, à união estável e às relações de parentesco.

86 As relações não eventuais entre o homem e a mulher impedidos de casar constituem união estável.

87 O homem e a mulher com dezesseis anos de idade podem se casar, exigindo-se, para isso, a autorização de ambos os pais ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil. Nesse caso, se for concedida, a autorização torna-se irrevogável.

Julgue os itens subsequentes, relativos às sucessões.

88 A incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento, nem o testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.

89 O direito de provar a causa da deserdação extingue-se no prazo de quatro anos, a contar da data da abertura do testamento.

90 A renúncia da herança é um ato unilateral de vontade, não exigindo a lei que conste expressamente de instrumento público ou termo judicial.

A respeito dos atos processuais e dos procedimentos cautelares específicos, julgue os itens que se seguem.

91 Considere a seguinte situação hipotética.
Abel, abalado com o falecimento de sua sobrinha, ocorrido havia dois dias, foi procurado por oficial de justiça e citado para integrar o polo passivo de ação indenizatória.
Nessa situação hipotética, conforme o Código de Processo Civil, a citação de Abel foi irregular.

92 A citação válida interrompe a prescrição, ainda que o processo seja extinto sem julgamento do mérito, exceto nas hipóteses em que a extinção for motivada pelo fato de o processo ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes, ou quando, por não promover os atos e as diligências que lhe competirem, o autor abandonar a causa por mais de trinta dias.

93 Por se tratar de medidas excepcionais, as hipóteses em que o arresto é cabível estão enumeradas de forma taxativa no Código de Processo Civil. Ante a tipificação da hipótese, quando o juiz da causa deferir a medida cautelar de arresto, será obrigatória a exigência de caução.

94 Tratando-se de recurso, somente há prazo em dobro para litisconsortes com diferentes procuradores quando todos possuam interesse em recorrer da decisão impugnada.

Em relação às normas do Código de Processo Civil que tratam da competência, da resposta do réu e da revelia, julgue os itens a seguir.

95 A alegação de direito à retenção por benfeitorias em contrato de locação constitui matéria de defesa a ser apresentada na contestação, não podendo ser objeto de reconvenção.

96 O comparecimento do revel no processo, representado por advogado devidamente constituído, assegura-lhe o direito de ser intimado de todos os atos judiciais subsequentes à sua intervenção no feito, inclusive da sentença.

97 A ação de reparação de dano, independentemente de contra quem venha a ser promovida (pessoa física ou jurídica com domicílio ou sede em outro lugar), terá por foro o lugar onde ocorrer o fato.

Julgue os itens subsequentes, relativos aos recursos, ao processo de execução e aos procedimentos especiais.

98 O reconhecimento da fraude à execução civil comum depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

99 Em ação monitória, admite-se a reconvenção após a conversão do procedimento em ordinário.

100 A comprovação de feriado local, paralisação ou interrupção do expediente forense, por ato do Poder Executivo ou da justiça estadual, que acarrete prorrogação do prazo recursal, dispensa demonstração no momento da interposição do recurso, uma vez que se trata de fato notório.

A respeito do princípio da anterioridade, do fato típico, da culpabilidade, do crime impossível e do crime culposo, julgue os itens seguintes.

101 Segundo a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, a presença de sistema eletrônico de vigilância em estabelecimento comercial torna um agente completamente incapaz de consumar furto, em razão da absoluta ineficácia dos meios empregados.

102 Não é possível a extensão do efeito de extinção da punibilidade pelo perdão judicial concedido em relação a crime de homicídio culposo para outro crime, tão somente pelo fato de ambos os crimes terem sido praticados em concurso formal.

103 No caso de furto, para efeito da aplicação do princípio da insignificância, é imprescindível a distinção entre bem ínfimo e bem de pequeno valor. Este implica, eventualmente, em furto privilegiado; aquele, na atipia conglobante, dada a mínima gravidade.

104 Para que haja exclusão da culpabilidade, a perda ou a redução da capacidade de entendimento do caráter ilícito do fato, em razão do uso de entorpecente, não devem ser necessariamente decorrentes de caso fortuito ou força maior, uma vez que a dependência química, por si só, afasta ou reduz a responsabilização penal.

No que concerne à desistência voluntária, ao arrependimento eficaz e ao arrependimento posterior, julgue os próximos itens.

105 A devolução da coisa na apropriação indébita, desde que feita antes do recebimento da denúncia, afasta o dolo da conduta; por essa razão, esse fato não deve ser entendido como mero arrependimento posterior.

106 Se um agente, após anunciar assalto em estabelecimento comercial, desistir da execução do delito e ausentar-se do local sem nada levar, mesmo tendo à sua disposição diversos produtos, tal conduta caracterizará desistência voluntária.

107 Considere que um agente, embora tenha iniciado execução de ilícito, alvejando uma vítima com disparo de arma de fogo, não tenha podido exaurir toda sua potencialidade lesiva ante falha da arma empregada, tendo fugido do local do crime logo após a realização do disparo. Nessa situação, não se caracterizou desistência voluntária nem arrependimento eficaz, tendo-se caracterizado tentativa imperfeita.

Com base na Lei n.º 11.343/2006, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, e na Lei n.º 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, julgue os itens subsequentes.

108 A quantidade da substância entorpecente apreendida é circunstância que, por si só, justifica o aumento da pena base acima do mínimo legal.

109 É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou de outras penas de prestação pecuniária, bem como é vedada a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.

110 Se a conduta de um agente caracterizar porte ilegal de droga para consumo pessoal, em regra, esse agente deverá ser submetido à prisão em flagrante, uma vez que a mencionada conduta não foi descriminalizada.

Em referência aos atos processuais e às nulidades, julgue os itens seguintes.

111 Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, caracteriza nulidade da ação penal a ausência de intimação da defesa para o oferecimento de quesitos ao exame de dependência toxicológica — ainda que tenha havido regular intimação tanto para a realização do laudo pericial quanto para a apresentação de quesitos complementares —, devendo ser nomeado defensor *ad hoc* para o ato caso a defesa tenha permanecido inerte.

112 A ausência de intimação da expedição de carta precatória constitui nulidade relativa, que dependerá, para ser declarada, da demonstração de efetivo prejuízo.

113 Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, se houver comprovada dificuldade em localizar o réu, este poderá ser citado por edital sem que tenham sido esgotadas todas as diligências possíveis para sua localização.

114 Caso esteja no estrangeiro, em lugar sabido, o acusado deve ser citado mediante carta rogatória, suspendendo-se o curso do prazo de prescrição até o seu cumprimento.

115 No processo penal, os prazos são contados da data da intimação, e não da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

Julgue os itens que se seguem, referentes à prova, ao procedimento comum sumário e aos juizados especiais criminais.

116 No processo sumário, caso haja apenas um acusado, as alegações finais terão de ser orais, devendo a palavra ser concedida, respectivamente, à acusação e à defesa, pelo prazo de vinte minutos, prorrogáveis por mais dez, para, a seguir, ser proferida a sentença pelo juiz.

117 Segundo a recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, compete originariamente a esta corte o julgamento de *habeas corpus* contra decisão de turma recursal de juizados especiais criminais.

118 A qualificação do interrogatório judicial do acusado como um expressivo meio de defesa conduz ao impedimento de o réu coparticipar ativamente do interrogatório judicial dos demais litisconsortes penais passivos, notadamente quando há interesses contrapostos.

A respeito de recursos, *habeas corpus* e mandado de segurança criminal, julgue os seguintes itens.

119 O *habeas corpus* não constitui meio idôneo para se discutir a ilegalidade da decretação de perda de cargo público em decorrência de sentença condenatória, caso não haja qualquer violação ou ameaça à garantia do direito à liberdade de locomoção.

120 Em mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.